

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS FINANCEIRAS: UMA PROPOSTA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Marcos Antônio Andrade da Costa ¹⁶

Timóteo Madaleno Vieira ¹⁷

Resumo

Em perspectiva cognitivo-comportamental, a forma como uma pessoa significa o dinheiro e pensa sobre seu uso impacta seu comportamento financeiro. De que forma tal abordagem pode contribuir para a construção de projetos de educação financeira? O objetivo deste artigo é propor a educação financeira em perspectiva cognitivo-comportamental. Objetiva-se também: a) apresentar brevemente a teoria cognitivo comportamental e relacioná-la à educação financeira; b) apresentar uma breve revisão de literatura sobre a educação financeira e os riscos do não desenvolvimento de competências financeiras; c) destacar a necessidade de propostas visando reduzir o risco de endividamento de pessoas e famílias em uma sociedade consumista. Para atingir esses objetivos, foi realizada uma revisão de literatura sobre educação financeira, finanças comportamentais e a abordagem cognitivo-comportamental.

Palavras-chave: consumo; competência financeira; educação financeira; teoria cognitivo-comportamental; comportamento financeiro.

¹⁶ Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Goiás (IFG), professor do Instituto Federal de Brasília (IFB). E-mail de contato: marcos.costa@ifb.edu.br.

¹⁷ Doutor em Psicologia pela UnB e professor do Instituto Federal de Goiás (IFG – Campus Goiânia). E-mail de contato: timoteo.psi@gmail.com e timoteo.vieira@ifg.edu.br.

Introdução

A manutenção da existência humana envolve a necessidade de consumo. O consumo decorre do processo de utilização dos recursos existentes na natureza para manutenção e desenvolvimento humano. Desde o homem primitivo, o consumo de recursos para a alimentação, proteção e, posteriormente, para a produção de utensílios e ferramentas, tornou-se um fator preponderante para a sobrevivência (Bittencourt, 2016). Apesar disso, falar sobre dinheiro parece não ser algo comum para a maioria da população. Ignorar a importância do dinheiro e não sistematizar estes conteúdos de forma que possam ser trabalhados no ambiente escolar pode favorecer a tomada de decisões sem o entendimento dos possíveis impactos. Esse problema se torna mais complexo num ambiente cultural marcado pelo consumismo, onde as lógicas de interação entre as pessoas e com o mundo se organizam em função do ato de consumir (Bauman, 2008).

Bauman (2010) afirma que indivíduos com consumo exagerado, eventualmente sujeitam-se a perda da capacidade de consumir até os itens indispensáveis à manutenção da vida. Nesse sentido, pesquisadores apresentam a importância de que os indivíduos compreendam e reflitam sobre os seus hábitos e os riscos envolvidos no consumo incompatível com seus rendimentos.

Buaes e Comerlato (2016) acrescentam que a satisfação dos desejos na contemporaneidade é materializada pelo consumo. Isso significa que a busca pelo prazer se tornou uma máxima que define a maioria das escolhas no cotidiano. As experiências máximas, de natureza orgástica se tornaram um fim maior (Bauman, 1999). Isso define um novo tipo de subjetividade e interações, com desdobramentos também para o modo como se atribui sentido ao dinheiro e ao seu uso.

Shim et al. (2009) aponta que os valores pessoais influenciam as atitudes que se refletem no comportamento dos indivíduos. A combinação da valorização do consumo como via de busca por satisfação hedônica (prazerosa) e a ausência de competências financeiras, portanto, torna-se um problema ainda maior. Por isso é relevante alertar e preparar os indivíduos para essa realidade. É necessário conhecimento, habilidades e atitudes que auxiliem no processo de decisão consciente do uso do dinheiro.

É importante que os indivíduos estejam preparados para lidar com essa realidade e que a escola possa auxiliar nesse processo. De acordo com Borges (2017, p. 111), a escola surgiu para “sistematizar o conhecimento científico, artístico e filosófico e pensar nas formas de transmissão desses saberes para as novas gerações”. Dessa forma, os conteúdos são recortados, organizados e, após um processo complexo, materializam-se, dentre outras alternativas, como saberes

escolares. O currículo precisa acompanhar a dinâmica da sociedade e seus conteúdos devem refletir as necessidades de formação existentes, possibilitando que os indivíduos compreendam o complexo social e possam atuar de forma autônoma. As ações de educação financeira podem influenciar fatores comportamentais importantes, como a compulsão por compras, o uso inadequado dos cartões de crédito e a propensão ao endividamento (Vieira, Moreira Junior & Potrich, 2019).

Conforme Messy e Monticone (2016), a educação financeira é uma ferramenta importante para todos os indivíduos. Tais conhecimentos podem fortalecer o desenvolvimento de uma gestão ativa das rendas, impactando nas decisões de consumo ou poupança. Desse modo, é preciso ampliar os espaços de discussão e reflexão sobre o processo de pedagogização¹⁸ e disseminação desses conhecimentos.

Entende-se a educação financeira como o processo de ensino de conteúdos sobre finanças pessoais que possibilita ao indivíduo ter clareza sobre os impactos decorrentes de suas escolhas na gestão dos recursos financeiros. Conforme Losano (2013), a educação financeira deve se preocupar com a formação crítica e autônoma de indivíduos, que conscientes das condições financeiras existentes e dos seus direitos e deveres, façam a gestão dos recursos financeiros de acordo com seus objetivos.

O indivíduo financeiramente educado se comporta de forma ativa em relação à gestão eficiente dos recursos financeiros (Beal & Delpachitra, 2003). Torna-se evidente, portanto, a intersecção entre as temáticas financeira e a psicológica. Ferreira (2015), ao realizar pesquisa sobre programas de educação financeira, não encontrou iniciativas que abarcassem tais questões. A falta dessa abordagem dificulta a identificação da causa do problema e eventuais mudanças no comportamento financeiro.

A teoria que fundamenta o modelo Cognitivo-Comportamental afirma que as crenças estão na base dos comportamentos e dão direção a eles. Dentre a infinidade de crenças que a pessoa tem sobre si mesma, o mundo, os outros, e as expectativas para o futuro, esse artigo chama a atenção para as crenças relacionadas ao significado do dinheiro e do seu uso.

Considerando o modelo cognitivo de Aaron T. Beck (Knap & Beck, 2008), pode-se considerar que das crenças financeiras que nascem ao longo do desenvolvimento do indivíduo em sua relação com o mundo se desenvolvem percepções específicas da realidade. Essas percepções

¹⁸ Processo de desenvolvimento de estratégia metodológica e didática com objetivo de propiciar o ensino de determinado conhecimento.

se transformam em afirmações que definem o que são as coisas no mundo e o que significam. Essas afirmações são as crenças. Algumas delas servem de fundamento para o comportamento financeiro. Dessa forma, para que o sujeito consiga aplicar os conhecimentos financeiros em consonância com seus objetivos, faz-se necessário compreender suas crenças relacionadas ao dinheiro.

Nesse contexto, o este artigo propõe como possibilidade a utilização da teoria cognitivo-comportamental como fundamento para a construção de propostas pedagógicas de desenvolvimento da educação financeira em contexto escolares. Essa proposta de educação visa ao questionamento de crenças disfuncionais sobre o uso de dinheiro, bem como a promoção de crenças funcionais relacionadas à competência financeira. Isso significa promover um conhecimento do uso do dinheiro para tornar a relação com o consumo mais sóbria e responsável.

Educação financeira

O dinheiro participa de diversos momentos do cotidiano, sendo um importante componente da vida social (Moreira, 2002). Em um sistema econômico fundamentado na moeda e no crédito, finanças pessoais dizem respeito às decisões relacionadas à movimentação de dinheiro com o objetivo de consumir produtos e serviços e alocar recursos em ativos de forma eficiente (Pires, 2007). Medeiros e Lopes (2014) afirmam que em finanças pessoais se estuda como os conceitos de finanças podem ser aplicados nas decisões do cotidiano, considerando a realidade de cada indivíduo ou família.

Desde os anos 2000, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) se tornou referência no mundo na sistematização e produção de conteúdo sobre educação financeira (Cunha, 2020). De acordo com a OCDE (2005, p. 13), a educação financeira é “o processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e riscos envolvidos nos produtos e serviços financeiros, possibilitando a tomada de decisões fundamentadas e seguras.” Hogarth e Hilgert (2002), ao revisar a literatura sobre educação financeira, afirmam que a maioria das definições sobre o tema incluem aspectos relacionados ao conhecimento de conteúdos financeiros, a compreensão sobre finanças básicas e a capacidade de usá-los para planejar e realizar decisões financeiras.

Fernandes, Lynch e Netemeyer (2014) afirmam que o ambiente financeiro se tornou complexo e perigoso, de tal forma que a educação financeira pode funcionar como um antídoto capaz de fazer com que os indivíduos compreendam as informações relevantes dentro de um

problema financeiro, enxergando as opções mais adequadas para a sua realidade.

O contato com a educação financeira, portanto, permite ao indivíduo ampliar o conhecimento sobre as alternativas disponíveis no sistema financeiro. O entendimento relativo às operações com dinheiro, às taxas de juros e a sua relação intertemporal, a consciência sobre a concessão de descontos e a relação existente entre risco e retorno de uma operação, seja de crédito ou de investimento, são fundamentais para otimização do controle financeiro (Diniz et al., 2016). De acordo com Araújo e Souza (2012), a educação financeira é capaz de melhorar a simetria de informações entre os participantes do mercado financeiro. Neste sentido, a redução da assimetria de informação aumenta a transparência e impulsiona a competitividade, trazendo mais eficiência para todo o mercado. Ao compreender os aspectos envolvidos em uma operação financeira, espera-se que os indivíduos consigam escolher a opção que lhe seja mais favorável. Por outro lado, as entidades que oferecem produtos e serviços financeiros podem aumentar a previsibilidade quanto às operações diante da efetivação dos contratos por parte dos consumidores.

Braunstein e Welch (2002) corroboram com essa mesma perspectiva ao afirmarem que os agentes de um mercado (consumidores e ofertantes), quando estão cientes sobre as características do produto ou serviço em negociação, contribuem com o desenvolvimento desse segmento, tornando-o mais competitivo e eficiente.

Shim et al. (2009), ao apresentar um modelo de construção do bem-estar financeiro, consideram que a educação financeira em casa e a educação financeira formal podem representar importantes caminhos para que jovens adquiram conhecimentos sobre finanças, desenvolvam atitudes desejáveis e intenções de comportamento com fundamento nesses conhecimentos. Esses mesmos autores afirmam ainda que o ensino de finanças pessoais no âmbito escolar é necessário porque a maioria dos jovens adultos passam por uma transição para a independência financeira após o ensino médio. Desenvolver habilidades relacionadas à gestão financeira ainda no período escolar poderia contribuir para atitudes mais assertivas. Afinal, é nessa fase que o indivíduo começa a tomar decisões financeiras que se transformarão em hábitos durante toda a vida (Shim et al., 2009).

Finanças comportamentais

A teoria econômica tradicional se fundamenta na hipótese de que os mercados eficientes decorrem da atuação racional dos agentes. Nesse sentido, cada participante do mercado organiza

de forma lógica suas preferências, buscando maximizar a utilidade de suas escolhas e, quando submetidos as incertezas, calculam probabilidades dos eventos futuros (Souza et al., 2011).

Rafa, Morgan e Carvalho (2019), ao apresentar suas percepções sobre a teoria econômica tradicional, afirmam que tal abordagem preconiza um mundo composto por agentes com racionalidade ilimitada, capazes de tomar decisões e formar expectativas sem vieses sobre eventos futuros, não considerando os aspectos psicológicos inerentes ao ser humano.

Nesse contexto, psicólogos começaram a articular conhecimentos da economia para compreender o processo de tomada de decisão e o comportamento econômico dos indivíduos (Souza et al., 2011). Esse campo denominado Economia Comportamental combina conceitos econômicos, sociológicos e psicológicos para entender as maneiras pelas quais o comportamento dos indivíduos difere do modelo padrão e como esse comportamento é importante em contextos econômicos (Mullainathan & Thaler, 2015).

A Economia Comportamental admite a importância e relaciona os aspectos psicológicos como, por exemplo, a aversão ao risco, compulsividade e altruísmo com as decisões econômicas (Hilgert & Hogart, 2003). Rafa, Morgan e Carvalho (2019) destacam que a economia comportamental explica a economia real, pois os agentes econômicos apresentam limitações à racionalidade plena. Diversos estudos empíricos apontam que a racionalidade ilimitada proposta em modelos puramente econômicos não se aplica em diversas situações. Há fatores importantes que também influenciam o comportamento financeiro, tal como o autocontrole.

Os estudos sobre finanças comportamentais têm considerado a importância das crenças, valores, experiências e vieses comportamentais no processo decisório (Vieira & Pereira, 2009). Dessa forma, as finanças comportamentais se propõem a investigar o comportamento dos indivíduos diante de decisões financeiras. É uma área que busca compreender como as ilusões cognitivas possibilitam o cometimento de erros sistemáticos provocados pelo que se denomina de “achar”. A psicologia cognitiva tem se debruçado para explicar o comportamento humano e como a realidade é processada (Pereira & Lucena, 2014).

Birău (2013) afirma que não há necessidade de fazer pesquisas psicológicas extensas para entender que as decisões financeiras são sujeitas à influência de fatores emocionais, desejos, sentimentos, pressões e etc. A forma como se interpreta a realidade e como disso nascem preconceitos, excesso de confiança, emoção e forças sociais impactam o comportamento financeiro. O ser humano possui um complexo emocional que inclui diversos sentimentos como a ansiedade, medo, pânico, ganância, satisfação ou vaidade que interferirão nas decisões financeiras.

O pressuposto adotado pelos modelos econômicos tradicionais de que os indivíduos possuem todas as informações necessárias para escolher sem interferências de suas emoções e outras forças, não se aplica na prática (Delavande, Rohwedder & Willis, 2008). Os processos cognitivos envolvidos na construção de um conhecimento da realidade não são dissociados de todo o funcionamento humano, incluindo seus sentimentos, emoções, expectativas, medos e outros (Beck, 2013; Pires, 2013).

Na perspectiva cognitiva, os processos pelos quais processamos as informações resultam na forma nos sentimos, construímos um conhecimento da realidade e definimos nossas decisões e comportamento. Por isso, apesar da falta de mais literatura, abordagens da educação financeira que consideram fatores psicológicos são importantes (Ferreira, 2015).

O modelo de Aaron T. Beck e seus desdobramentos para educação financeira

Os modelos cognitivos, incluindo a Terapia Cognitiva de Aaron Beck, também conhecida como Terapia Cognitivo-Comportamental, consideram os processos cognitivos como mediadores dos comportamentos. Em dada situação, a pessoa usa as informações disponíveis reunidas na sua história e no ambiente presente para definir o seu comportamento (Knapp & Beck, 2008). Busca-se por meio da terapia cognitivo-comportamental que o indivíduo possa desenvolver estratégias capazes de mudar o seu comportamento a partir de modificações nas suas crenças. Conforme Beck (2007), a terapia cognitiva considera que as emoções e comportamentos das pessoas são influenciados por sua percepção dos eventos. Essa percepção é diretamente influenciada pelas crenças.

O modelo cognitivo pressupõe que a percepção dos eventos pode desencadear pensamentos espontâneos que influenciam os comportamentos e a fisiologia do indivíduo (Silva, 2014). A interpretação de determinado contexto/situação ou qualquer parte da realidade, portanto, é o principal fator definidor do comportamento. A interpretação do evento é uma construção consciente realizada pelos indivíduos. No processo de atribuir sentido às experiências, dentro de contextos sociais, as pessoas estruturam crenças que definirão o modo como se sentem e se comportam (Pires, 2013). Interpretações distorcidas ou erros no processamento das informações resultam em um comportamento que deixa o indivíduo vulnerável, podendo lhe causar danos. As crenças que estão na base das interpretações distorcidas e que promovem comportamentos mal adaptativos são chamadas de disfuncionais (Beck, 2007).

Silva (2014) aponta que os indivíduos atribuem significado a acontecimentos, pessoas, sentimentos e demais aspectos de sua vida. Com base nisso, comportam-se de determinada maneira e constroem diferentes hipóteses sobre o futuro e sobre sua própria identidade. Esse

modelo teórico oferece, portanto, um importante aparato conceitual e técnico para que se possa analisar como as pessoas pensam sobre o consumo e o uso do dinheiro. A partir dos argumentos dessa teoria é possível afirmar que as crenças sobre o sentido, o valor e sobre a relação com o dinheiro podem impactar de modo direto as ações (comportamentos) das pessoas quanto aos hábitos de consumo.

A teoria cognitivo-comportamental, em consonância com outros modelos que têm nas crenças seu elemento central de análise, entende que os indivíduos pensam de forma diferente sobre uma mesma situação por conta de suas crenças. As crenças podem ser entendidas como a compreensão mais elementar que as pessoas possuem sobre si mesmas, a respeito dos outros, com relação ao mundo e ao futuro. Elas são as lentes através das quais cada pessoa enxerga os acontecimentos. Essas crenças interferem na percepção da situação, influenciando o processamento das informações, resultando em alterações nas emoções e no comportamento (Beck, 2013).

A teoria cognitivo-comportamental considera três níveis de cognição, sendo eles: os pensamentos automáticos, crenças intermediárias e crenças centrais. Os pensamentos automáticos são do nível mais superficial e decorrem de uma situação específica. As crenças intermediárias correspondem a regras, atitudes ou suposições que são aprendidas ao longo da vida com o propósito de dar significado ao mundo e são construídas com base nas crenças centrais. As crenças centrais são as compreensões mais fundamentais e profundas e possuem como características serem globais, rígidas e generalizadas (Neufeld & Cavenage, 2010).

As crenças centrais começam a ser construídas nos primeiros estágios de desenvolvimento humano, influenciando o processamento de novas informações de forma a confirmar a sua manutenção e menosprezar informações contrárias (Beck, 2013). Isso não significa que novas crenças centrais não possam se desenvolver e que essas crenças estruturadas não possam ser modificadas. Esse é um processo dinâmico, ainda que as crenças centrais sejam mais difíceis de articular e mudar. Uma teoria mais recente (Pires, 2013), assumindo o conceito de crença em sentido semelhante ao de Aaron Beck e fundamentada em teoria social e psicologia, propôs uma compreensão de que a dinâmica de formação e mudança das crenças devem ser entendidas através de processos de estruturação, desestruturação e reestruturação.

Pela ótica da teoria cognitiva-comportamental, ao se deparar com uma situação específica, as crenças intermediárias influenciam a percepção do indivíduo por meio de pensamentos automáticos que levarão à reação emocional, fisiológica e comportamental, conforme Figura 1 (Beck, 2013). Reações indesejadas diante de determinadas situações acontecem por conta de uma

distorção cognitiva, mas também por uma excessiva rigidez no sistema de crenças. Essa inflexão decorre de julgamentos absolutos e generalizados e torna as crenças mais rígidas, o que é denominado como “concretização”. É possível, no entanto, identificar, examinar e modificar pensamentos disfuncionais, caso o indivíduo consiga refletir sobre a situação (Santos & Medeiros, 2017). Os pensamentos, incluindo os que são disfuncionais, podem ser avaliados de forma objetiva pelo indivíduo. Nessa avaliação é possível mudar as crenças e consequentemente alterar a reação fisiológica, emocional ou comportamental indesejadas. Esse processo favorece o surgimento de novas crenças mais adequadas à realidade (Beck, 2013).

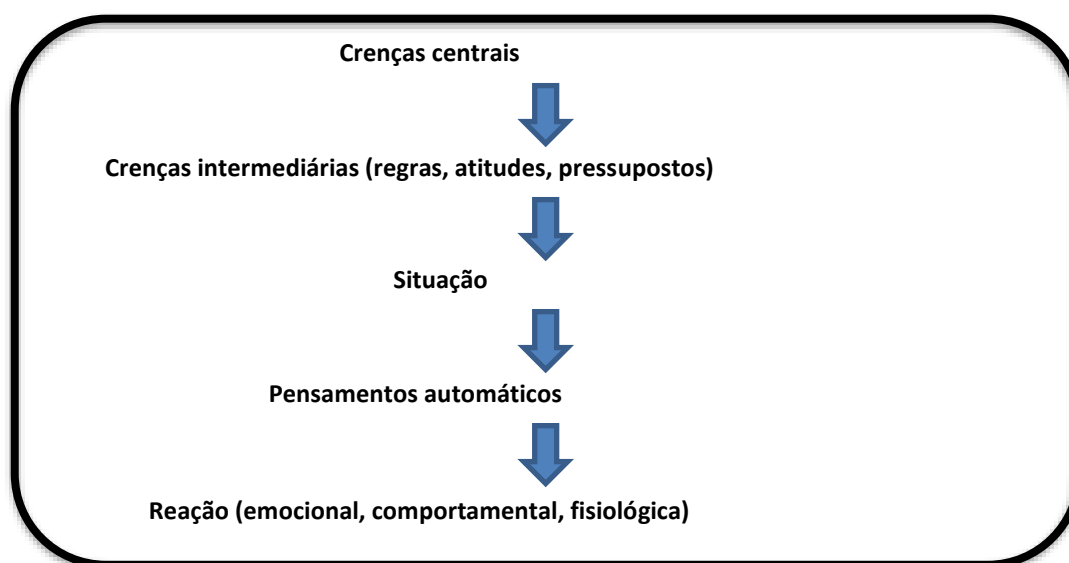


Fig. 1. Teoria cognitiva-comportamental.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Beck (2013).

Diversas técnicas podem ser utilizadas para identificar pensamentos disfuncionais, encorajar a avaliação e aumentar a capacidade de modificar os comportamentos. Santos e Medeiros (2017) chamam a atenção para o método do questionamento socrático que fundamenta-se na possibilidade de que as perguntas realizadas estimulem a ponderação sobre pensamentos rígidos, envolvendo o participante no processo de aprendizagem sobre seu comportamento. Trata-se de um processo de aprendizagem através do treino para pensar sobre os próprios pensamentos e como eles se desdobram nos próprios sentimentos, emoções e comportamentos.

Este artigo considera que, apesar das técnicas para modificação das crenças sejam oriundas da prática clínica, elas podem ser pensadas em sentido educacional. O que se promove é uma modificação dos comportamentos pela via da reestruturação do sistema de crenças. Nesse ponto encontra-se a relevância dessa proposta como possível via para ajudar as pessoas a tornarem sua relação com suas finanças mais responsável e segura. Ao relacionar a concepção da existência de um sistema de crença com a educação financeira, considera-se que a esse ensino também deve ser percebido como um “sistema de conhecimento e crença” (Britto, 2012). As crenças são um fator decisivo no comportamento financeiro, uma vez que as atitudes financeiras de um indivíduo são estabelecidas com base em suas crenças econômicas e não econômicas (Protrich et al., 2014).

A formação da consciência (do sistema de crenças), bem como a modificação das crenças, são fundadas em um processo fundamentalmente educativo. Para modificar suas crenças a pessoa precisa identificá-las, compreender o modo como elas influenciam seu funcionamento, dispor-se a questioná-las e a desenvolver novas compreensões da realidade. Nesse sentido, a educação financeira se propõe tanto a dispor oportunidades para formação de novas crenças como a modificação das que estão produzindo uma compreensão distorcida e disfuncional sobre o uso do dinheiro.

Conclusões

Este artigo teve como ponto de partida o seguinte problema de pesquisa: De que forma o modelo teórico da Terapia Cognitivo-Comportamental pode contribuir para a construção de projetos de educação financeira? Para atender aos objetivos definidos na busca de respostas a tal problema, foi tratada a complexidade de um contexto cultural marcado pelo consumismo e o desafio de se tomar decisões financeiras responsáveis nesse ambiente. Para isso, foi feita uma breve revisão de literatura sobre a educação financeira e o desenvolvimento de competências financeiras. Foi apresentado, ainda, uma síntese do modelo teórico da Terapia Cognitivo-Comportamental de Aaron Beck. O principal argumento apresentado foi o de que a teoria cognitivo-comportamental adequa-se como fundamento capaz de compreender o comportamento humano e fundamentar projetos de educação financeira.

Para contribuir com o desenvolvimento de comportamentos mais funcionais quanto às suas escolhas financeiras, torna-se relevante propor projetos de educação financeira que considerem os aspectos cognitivos e comportamentais. Nesse sentido, considera-se apropriado propor a teoria cognitivo-comportamental como aparato conceitual e técnico que pode orientar a educação financeira. O indivíduo detentor de conhecimento financeiro e que sabe

avaliar bem as consequências de cada escolha no uso do dinheiro pode aprender a se comportar de modo mais responsável, evitando o endividamento e as armadilhas próprias de um ambiente cultural consumista.

Por fim, propõe-se que sejam realizadas pesquisas para analisar o comportamento financeiro de indivíduos que participem de projetos de educação financeira orientados pela abordagem cognitivo-comportamental. Investigações nesse sentido podem ser úteis para ajudar a verificar a relação entre a educação financeira, a reestruturação de crenças sobre o uso do dinheiro e as possibilidades de redução de comportamentos financeiros disfuncionais.

Referências Bibliográficas

- Araújo, F. de A. L., & Souza, M. A. P. (2012). Educação financeira para um Brasil Sustentável: Evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil. *Trabalhos Para Discussão*, 280(2), 1–52.
- Bauman, Z. (1999). *O mal-estar da pós-modernidade*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Bauman, Z. (2010). *Vida a crédito: conversas com Citlali Rovirosa-Madrado*. Zahar.
- Beal, D. J., & Delpachitra, S. B. (2003). Financial Literacy Among Australian University Students. *Economic Papers: A Journal of Applied Economics and Policy*, 22(1), 65–78. <https://doi.org/10.1111/j.1759-3441.2003.tb00337.x>
- Beck, J. S. (2007). *Terapia Cognitiva: Teoria e prática*. São Paulo: Artmed.
- Beck, J. S. (2013). Terapia Cognitivo-comportamental: Teoria e prática. In Artmed (Ed.), *Journal of Chemical Information and Modeling* (2ª). <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Birău, F. R. (2013). The Impact of Behavioral Finance on Stock Markets University of Craiova , Faculty of Economics and Business Administration. *Annals - Economy Series*, Constantin Brancusi University, Faculty of Economics, 78421(3), 45–50.
- Bittencourt, R. N. (2016). A antinatureza do consumismo. *Revista Espaço Acadêmico*, 16(187), 83–97.
- Borges, L. F. P. (2017). Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. *Revista Educação Em Questão*, 55(45), 101–126. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2017v55n45ID12747>
- Braunstein, S., & Welch, C. (2002). Financial literacy: An overview of practice, research, and policy. *Federal Reserve Bulletin*, 88(11), 445–457. http://search.proquest.com/docview/219569543?accountid=12763%5Cnhttp://primoa.library.unsw.edu.au/openurl/61UNSW_INST/UNSW_SERVICES_PAGE?url_ver=Z39.88-2004&rft_val_fmt=info:ofi/fmt:kev:mtx:journal&genre=article&sid=ProQ:ProQ:abiglobal&title=Financial+li
- Britto, R. R. de. (2012). *Educação financeira: uma pesquisa documental crítica*. (Dissertação de

- mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/DISSERTAÇÃO-REGINALDO-RAMOS-BRITTO.pdf>
- Buaes, C. S., & Comerlato, D. M. (2016). Interação social e aprendizagem de adultos: Uma experiência de educação financeira em um contexto popular. *Curriculo Sem Fronteiras*, 16(3), 578–598.
- Cunha, M. P. (2020). O Mercado Financeiro Chega À Sala De Aula: Educação Financeira Como Política Pública No Brasil. *Educação & Sociedade*, 41, 1–14. <https://doi.org/10.1590/es.218463>
- Delavande, A., Rohwedder, S., & Willis, R. (2008). Preparation for Retirement, Financial Literacy and Cognitive Resources. In *Michigan Retirement Research Center* (Vol. 190, pp. 1–47). <https://mrdrc.isr.umich.edu/publications/Papers/pdf/wp190.pdf>
- Diniz, P., Rogers, P., Barboza, F., & Mendes-Da-Silva, W. (2016). A Relação da Educação Financeira e do Otimismo no uso de Cartões de Crédito. *Espacios*, 37(26).
- Fernandes, D., Lynch, J. G., & Netemeyer, R. G. (2014). Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. *Management Science*, 60(8), 1861–1883. <https://doi.org/10.1287/mnsc.2013.1849>
- Ferreira, V. R. de M. (2015). Educação Financeira e Psicologia Econômica: uma discussão e algumas recomendações. *Centro de Estudos Em Finanças (GVcef)*, 1–26. <http://hdl.handle.net/10438/18872>
- Hilgert, M. A., & Hogarth, J. M. (2003). Household Financial Management: The Connection between Knowledge and Behavior. *Federal Reserve Bulletin*, 309–322. <https://doi.org/10.15381/rivep.v20i2.609>
- Hogarth, J. M., & Hilgert, M. A. (2002). Financial Knowledge, Experience and Learning Preferences: Preliminary Results from a New Survey on Financial Literacy. *Consumer Interest Annual*, 48, 1–7.
- Knapp, P., & Beck, A. T. (2008). Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 30(II), 54–64. [https://doi.org/10.1016/0031-9201\(76\)90043-1](https://doi.org/10.1016/0031-9201(76)90043-1)
- Losano, L. A. B. (2013). *Design de Tarefas de Educação Financeira para o 6º ano do Ensino Fundamental* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- Medeiros, F. S. B., & Lopes, T. de A. M. (2014). Finanças Pessoais: Um Estudo com alunos do curso de ciências contábeis de uma IES privada de Santa Maria - Rs. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 7(2), 221–251. <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/index>
- Messy, F.-A., & Monticone, C. (2016). Financial Education Policies in Asia and the Pacific. In *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions* (Vol. 40, Issue 40). <https://doi.org/10.1787/5jm5b32v5vvc-en>
- Moreira, A. da S. (2002). Dinheiro no Brasil: Um estudo comparativo do significado do dinheiro entre as regiões geográficas brasileiras. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 7(2), 379–387. <https://doi.org/10.1590/s1413-294x2002000200019>
- Mullainathan, S., & Thaler, R. H. (2015). Behavioral Economics. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences: Second Edition*, 3, 437–442. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.71007-5>
- Neufeld, C. B., & Cavenage, C. C. (2010). Conceitualização cognitiva de caso: Uma proposta de

- sistematização a partir da prática clínica e da formação de terapeutas cognitivo-comportamentais. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 6(2), 3–35. <https://doi.org/10.5935/1808-5687.20100014>
- OCDE. (2005). Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness - Financial Stability Board. In *Recommendation of the Council* (Issue July). http://www.financialstabilityboard.org/2005/06/cos_050622/
- Pereira, J., & Lucena, W. G. L. (2014). A Influência da Educação Financeira e os Fatores Emocionais: Um Estudo com Alunos de Contabilidade e Engenharia. *Revista de Administração e Negócios Da Amazônia*, 6(3), 48–67. <https://doi.org/10.18361/2176-8366/rara.v6n3p48-67>
- Pires, A. C. (2013). Sistema de estruturação de crenças sociointerativo: Estruturação de crenças, lógicas de interação e processos de contingenciamento. *Psicólogo inFormação*, 17, 133–191.
- Pires, V. (2007). *Finanças pessoais: Fundamentos e dicas*. São Paulo: Equilíbrio.
- Protrich, A. C. G., Vieira, K. M., & Kirch, G. (2014). *Você é alfabetizado financeiramente? Descubra no termômetro de alfabetização financeira*. Centro de Estudos em Finanças
- Rafa, T. S., Morgan, L. & Carvalho, V. G. Finanças comportamentais no Brasil: um estudo bibliométrico entre 2007 e 2017. *Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP*, Campinas, SP, n. 26, 2019. DOI: 10.20396/revpibic2620181292
- Santos, C. E. M. dos, & Medeiros, F. de A. (2017). A relevância da técnica de questionamento socrático na prática Cognitivo-Comportamental. *Archives of Health Investigation*, 6(5). <https://doi.org/10.21270/archi.v6i5.1940>
- Shim, S., Xiao, J. J., Barber, B. L., & Lyons, A. C. (2009). Pathways to life success: A conceptual model of financial well-being for young adults. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 30(6), 708–723. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2009.02.003>
- Silva, M. A. da. (2014). Terapia Cognitiva-Comportamental: da teoria a prática. *Psico-USF*, 19(1), 167–168. <https://doi.org/10.1590/s1413-82712014000100016>
- Souza, F. J. de, Steppan, A. I. B., Farias, M. das V. de M., & Silva, M. C. da. (2011). A Educação Financeira e a Sua Influência na Tomada de Decisões. *Revista de Contabilidade Da UFBA*, 5(2), 81–95. <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/viewArticle/5137>
- Vieira, K. M., Moreira Junior, F. D. J., & Potrich, A. C. G. (2019). Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. *Educacao e Sociedade*, 40, 1–33. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302018182568>
- Vieira, T. R. C., & Pereira, A. N. (2009). Finanças Comportamentais no Brasil: um estudo bibliométrico (2001-2007). *Revista de Gestão USP*, 16(4), 45–59. <https://doi.org/10.5700/rege379>

FINANCIAL EDUCATION AND THE DEVELOPMENT OF FINANCIAL SKILLS: A COGNITIVE-BEHAVIORAL APPROACH

Abstract

From a cognitive-behavioral perspective, the way a person makes sense of money and thinks about its use impacts his/her financial behavior. How can this theoretical perspective contribute to the construction of financial education projects? The objective of this article is to present financial education from a cognitive-behavioral perspective. It also aims to: a) briefly present the cognitive-behavioral theory and relate it to financial education; b) present a brief literature review on financial education and the risks of not developing financial skills; c) highlight the need for educational proposals aimed at reducing problems inherent to a consumerist society. To achieve these objectives, we carried out a literature review on financial education, behavioral finance, and the cognitive-behavioral approach.

Keywords: consumption; financial skill; financial education; cognitive-behavioral theory; financial behavior.